

# 20 de Novembro: direitos e justiça para quem fez e faz o país

» DANDARA

Pedagoga, mestra em educação e deputada federal (PT/MG)

Para compreendermos o Brasil, é exigido de todos nós uma imersão profunda em nossa história, tornando-se fundamental revisitarmos nosso passado escravista, elemento estruturante das desigualdades e da violência racista que persistem em nossa sociedade. A memória coletiva, historicamente silenciada e manipulada, seja nos livros didáticos, em nossas instituições de ensino, seja nas narrativas oficiais, molda as relações sociais em nosso país.

A busca pela verdade impõe o enfrentamento dessas narrativas, que têm servido para legitimar a dominação e a exclusão. Reconhecer a centralidade da escravidão na formação econômica, política e cultural é indispensável para desmontar ideologias que naturalizam a desigualdade e perpetuam privilégios de uma minoria. Sem essa nitidez, permanecemos reféns de mitos que mascaram as origens reais das disparidades sociais do nosso povo.

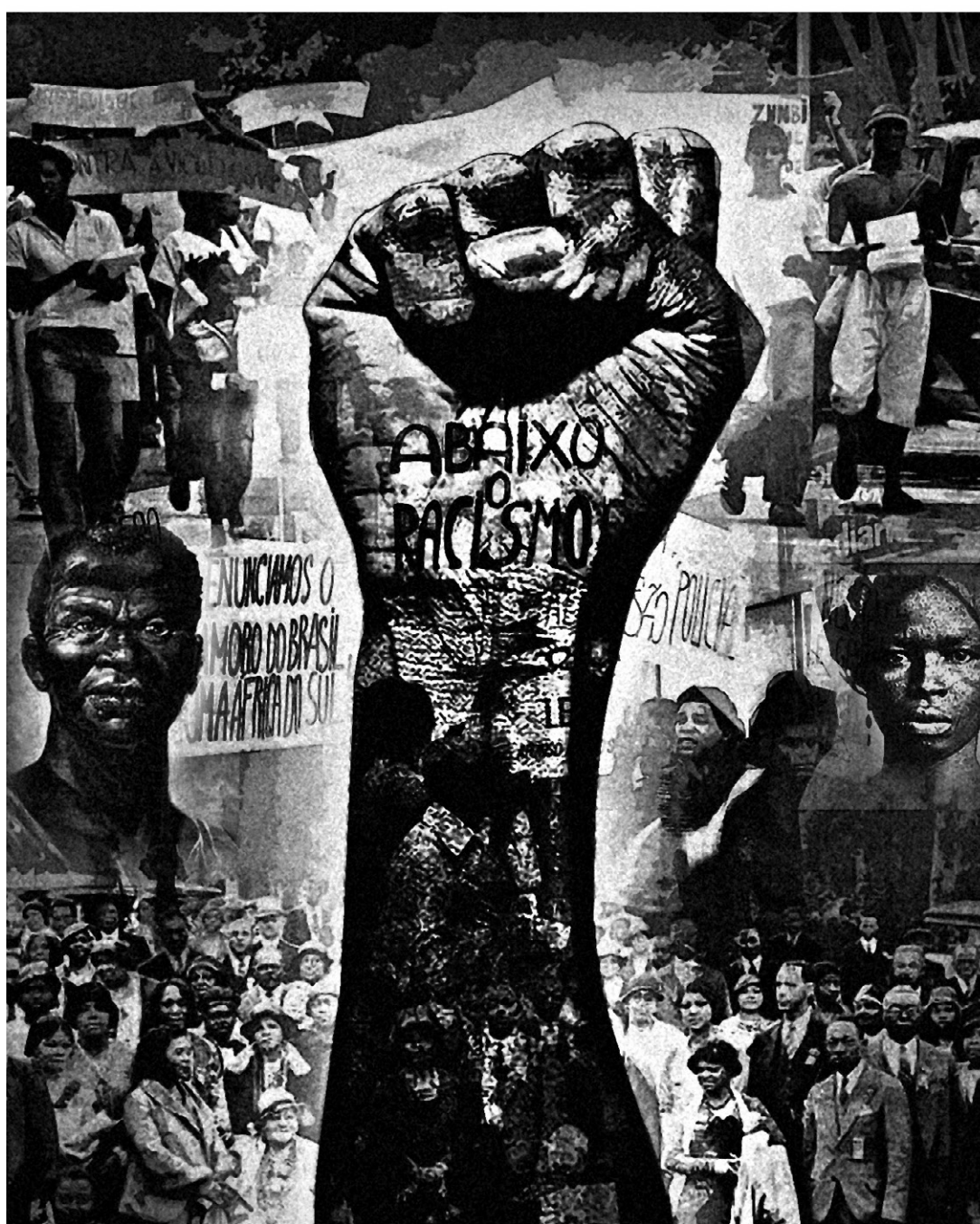
A justiça, nesse contexto, transcende a esfera jurídica formal. Trata-se de uma transformação profunda das estruturas que sustentam a concentração de riqueza e poder. É necessário confrontar os mecanismos que reproduzem a pobreza e impedem a mobilidade social da população negra e das classes populares. A justiça social implica na construção de políticas que promovam a igualdade substantiva e a inclusão de todos os cidadãos e cidadãs no processo democrático.

É nesse sentido que a oficialização do 20 de novembro como feriado nacional representa um avanço significativo nesse processo de reconstrução democrática. Celebrar a memória de Zumbi e Dandara dos Palmares, da resistência quilombola, não é um simples ato simbólico, mas um resgate histórico que desafia a “amnésia” institucionalizada ao longo da nossa história.

Podemos dizer que, a partir da criação do feriado, temos um Brasil que começa a se reconciliar com a própria história e avança no direito à memória, à justiça e à reparação para o povo negro. 20 de Novembro é o dia em que um homem negro foi morto, mas também quando todo um povo renasceu.

Essa conquista não foi o resultado de uma mera concessão estatal, mas da luta persistente de intelectuais orgânicos da luta antirracista no Brasil, como Alberto Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Milton Barbosa, Edson Cardoso, Luiza Bairros, Abdias do Nascimento. Esses, além de tantos outros, e movimentos sociais, como o Grupo Palmares e o Movimento Negro Unificado (MNU), que reivindicaram o reconhecimento das vozes silenciadas pela história oficial. Imbuída dessa força ancestral, a Banca Negra da Câmara dos Deputados, formada em 2023 e da qual fui uma das entusiastas, liderou a aprovação do projeto de lei que tornou feriado o Dia Nacional da Consciência Negra.

O movimento negro desempenhou e continua desempenhando um papel crucial na luta por reconhecimento e direitos. Ao reescrever essa narrativa fica evidente que a abolição da escravatura não foi uma dádiva das elites, mas resultado da



resistência ativa dos próprios negros e negras. Essa reinterpretação histórica é essencial para desconstruir os mitos fundadores que sustentam a hierarquia social e racial vigente.

Compreender a confluência entre memória, justiça e verdade é fundamental para desarticular as estruturas que perpetuam a desigualdade. Sem memória, desconhecemos as raízes das injustiças. Sem verdade, aceitamos explicações superficiais que sempre buscam culpabilizar os oprimidos e sem justiça, mantêm-se intactos os pactos e mecanismos que favorecem uma minoria em detrimento da maioria.

A celebração do Dia da Consciência Negra nos convoca a uma reflexão crítica sobre o projeto de nação que estamos construindo. Reconhecer as lutas históricas e atuais da população

negra é fundamental para avançarmos em direção a uma democracia verdadeiramente inclusiva, de todos e todas. Cada cidadão e cidadã tem um papel na transformação dessa realidade, seja ao questionar privilégios, seja ao apoiar e se engajar em prol de políticas que promovam a igualdade e a justiça social.

Somente enfrentando com honestidade nosso passado e os interesses que moldam nosso presente, poderemos construir um futuro mais justo. É por meio da ação coletiva e da consciência crítica que encontraremos a força necessária para romper os ciclos históricos de exclusão e desigualdade que têm marcado a trajetória da maioria do povo brasileiro. A realização plena da democracia depende desse compromisso.

## Brasília não pode ficar de fora da nova Rota de Seda

» CHICO SANT'ANNA  
Jornalista

Peru e China acabam de inaugurar o megaporto de Chancay, a 80km ao norte de Lima, capital peruana. Construído a um custo de US\$ 3,6 bilhões, esse porto de águas profundas (cerca de 18 metros) é o maior da América Latina, com capacidade de receber navios de grande calado. Em visita a Brasília, o presidente da China, Xi Jinping, assinará tratados com o Brasil — entre os quais, deve estar a construção de uma ferrovia Pacífico-Atlântico, facilitando, assim, o transporte de mercadorias de toda região, em especial grãos e minérios do Brasil.

Trata-se de um projeto-chave no âmbito da nova Rota da Seda, que tem a previsão de construir rotas e modais alternativos, em especial, à travessia do Canal do Panamá. Uma ferrovia ligando o Atlântico ao Pacífico, associado a um grande porto, reduziria em 10 dias as viagens de mercadorias entre a Ásia e a América do Sul. É um projeto com potencial de mudar o eixo econômico do planeta. Vital para o Brasil dos próximos anos, quicê de séculos. Brasília, se quiser pensar no seu futuro, não pode ficar de fora da nova Rota de Seda.

Há mais de uma proposta de trajeto de ferrovias. A Transoceânica, um projeto Brasil e Peru com extensão de 5 mil km, chegaria ao Porto de Açu, no Rio de Janeiro; já a Bioceânica, conectaria os portos de Iquique, no Peru, e Antofagasta, no Chile, ao Porto de Santos, passando antes por Bolívia, Paraguai e Argentina; e, por fim, a linha interligando Antofagasta ao Porto de Paranaguá, no Paraná — nesse roteiro, sem passar pela Bolívia e pelo Paraguai.

Governos de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e mesmo o da Bahia têm agido fortemente para fazer com que os trilhos passem por seus estados, trazendo, acima de tudo, desenvolvimento. Até aqui, pelo que se sabe, o Distrito Federal não tem dado atenção a esse projeto. Um erro estratégico, de quem não olha pro futuro.

A China é o principal destino das exportações brasileiras, 29,02% de tudo que o DF exporta. Basicamente, os chineses compram produtos de origem vegetal. Segundo dados do Sebrae, foram US\$ 45 milhões em 2019. O Japão, que também poderia ser beneficiado, está em quarto lugar e absorve 7,5%, cerca de US\$ 11,6 milhões.

Não se trata, contudo, apenas do que aqui poderia ser embarcado, mas principalmente do que aqui poderia desembarcar. Estando no centro geográfico do Brasil, ter uma ferrovia desse porte passando por aqui pode transformar o DF em um importante hub de distribuição e captação de mercadorias para outros cantos do país. O Porto Seco, já instalado na cidade de Santa Maria, poderia ganhar impulso especial. A chegada de saís para a produção de fármacos e de componentes para a produção de eletrônicos e de tantas outras matérias-primas poderia projetar para o futuro um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, diferenciado, baseado na ciência e na tecnologia para o nosso quadrado. Até mesmo o projeto do Parque Tecnológico de Brasília - BioTIC poderia ganhar um diferencial.

A economia candanga baseia-se hoje no setor de serviços, na renda produzida pelo serviço público, pela indústria da construção civil e seu coirmão, o setor imobiliário. Um padrão econômico que não se sustentará por muito tempo. Não haverá tantos viadutos a serem construídos, e a expansão urbana tem um limite físico. Em 2018, a então empresa de planejamento do GDF, Codeplan, apontou que uma infraestrutura ferroviária — na época, o estudo era a conexão com a Ferrovia Norte-Sul — “traria à região mudança de atividades econômicas, padrão de produção, criação de emprego, valorização da terra, entre outras vantagens”. Portanto, urge que o GDF dê atenção às disputas que ocorrem nos gabinetes federais e que definirão a rota da linha do trem.

Dos três projetos que estão nas pranchetas, o da ferrovia Transoceânica é o que passa mais próximo de Brasília. A ferrovia entra em território brasileiro pelo Acre, passa por Rondônia e Mato Grosso. Em Goiás, antes de seguir para Corinto, em Minas, ela transita por Uruaçu, que dista apenas 260km de Brasília. Em Uruaçu, também passa a ferrovia Norte-Sul, que interliga Anápolis a Açailândia, no Pará. Dessa maneira, se a Transoceânica passasse pelo Distrito Federal, uma conexão férrea com o norte do Brasil também seria propiciada à Brasília.

No Brasil, o transporte ferroviário de mercadorias representa 20,7% do total. Já no DF, menos de um ponto percentual (0,12%). Sendo assim, há muito espaço para que os trens tenham um peso maior na logística e na economia candanga. A própria Codeplan admite que o DF tem sido tímido em planejar e construir infraestruturas ferroviárias para enfrentar a circulação de carga no Distrito Federal. A hora de mudar esse comportamento é agora.

## A história preta do Brasil é a própria história do Brasil

» JOÃO JORGE RODRIGUES

Presidente da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura

Hoje, 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra, celebrado, pela primeira vez, como feriado nacional, por força da Lei 14.759/23, sancionada pelo presidente Lula, e da luta histórica do movimento negro brasileiro contra a perversidade do racismo e do escravismo. É dia de refletir sobre o amplo significado desse conceito e sobre a importância de incorporá-lo a todos os grupamentos e esferas da vida social, para que os desafios que ainda se apresentam na superação dos efeitos nefastos da escravidão sejam superados pelos avanços — inegáveis, mas insuficientes.

É preciso que essa consciência alcance todas as mentes e todos os corações negros, para que se convençam de que sua identidade não é inferior a qualquer outra; para que saibam que sua estética é bela; sua cultura, rica; sua capacidade intelectual, sem limites; sua contribuição para o desenvolvimento humano, imensurável. Essa consciência passa também pelo conhecimento da história e pelo cultivo da memória, porque é preciso lembrar, para que não se repita, a iniquidade do processo de escravização, a mentira das raças, a hierarquização dos grupamentos humanos que violenta, suprime direitos, mata.

Dito de outra forma, é necessário revisar o passado para compreender o presente e construir o futuro — e isso vale para todos, não apenas para os afrodescendentes, porque é preciso que todos compreendam a importância dos

mecanismos de reparação, como as ações afirmativas, por exemplo.

Ao contrário do que o neoliberalismo faz supor, nem todos têm chances iguais na corrida para alcançar a realização profissional, porque nem todos partiram do mesmo ponto. Portanto, não dispõem das mesmas condições de acesso a direitos, à sobrevivência digna, à realização de sonhos.

Ter consciência negra é, pois, valorizar o passado de luta de nossos ancestrais, como Zumbi dos Palmares, Dandara, Acotirene e Aqualtune, mas, acima de tudo, é ter consciência de que a história preta do Brasil é a própria história do Brasil. É essa história, presente, que nos faz questionar, de forma direta e incontornável: onde estão as mulheres e os homens pretos nos cargos mais altos deste país? Onde estão as mulheres de terço, as lideranças negras, o povo que resiste e persiste defendendo sua cultura?

Os espaços de poder, as esferas de decisão, ainda são limitados para nós. São portas que precisam ser abertas para dar passagem a nossa voz, a nossa visão de mundo, a nossa forma de governar, de decidir, de transformar, sem que precisemos, continuamente, nos afirmar.

Nossa luta é cultural — portanto, política. A Fundação Cultural Palmares é o coração que pulsa no ritmo das periferias, das favelas, dos quilombos e dos movimentos negros. É a força da mãe preta, da mulher que se levanta cedo, que enfrenta o transporte cheio, que trabalha, cria, ensina, cuida.

É o espírito de luta da mulher negra que, entre jornadas múltiplas, mantém viva a cultura, ao moldar histórias, bordar memórias, tecer esperanças e transformar espaços. Essas mulheres são a base invisível e incansável da nossa sociedade, e, enquanto o país não reconhecer essa força, nossa luta estará apenas começando. Pensar por esse ângulo é fazer valer a consciência negra.

Nos terreiros, a mulher negra ocupa um lugar sagrado, uma posição de liderança, sabedoria e força. É ela quem cuida, quem acolhe, quem sustenta a comunidade com firmeza e ternura. Essas mulheres guardam e transmitem conhecimentos ancestrais, mas o que vemos nos espaços de poder é uma ausência que revela a realidade de um país que ainda não reconhece o valor de suas raízes pretas.

Como presidente da Fundação Palmares, meu compromisso é com o fortalecimento e o reconhecimento da identidade, da cultura preta, em cada gesto, em cada ação. E, para nós, a cultura negra não se dissocia da política. Somos herdeiros de uma tradição que não pede licença para existir.

É uma tradição que se expressa em cada esquina, que resiste ao apagamento, que reverbera em cada tambor, que se afirma com orgulho. Nossos antepassados lutaram para que estivéssemos aqui. E estar aqui, neste lugar de fala, é honrar cada um deles, é dar continuidade a uma história de bravura.